

# OS EFEITOS DO REUNI SOBRE A PÓS-GRADUAÇÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

*Camila Henriques de Paula, Débora Gonzaga Martin. Os efeitos do reuni sobre a pós-graduação das universidades federais. Revista Ciência Dinâmica, vol. 10, núm. 2, 2019. Faculdade Dinâmica do Vale do Piranga.*

**CIÊNCIA DINÂMICA – Revista Científica Eletrônica  
FACULDADE DINÂMICA DO VALE DO PIRANGA**

16ª Edição 2019 | Ano XI – nº 2 | ISSN – 2176-6509

**DOI: 10.4322/2176-6509.2022.006**

2ª semestre de 2019

---

## *Avaliação da pós-graduação das universidades federais em minas gerais*

### *Post graduate evaluation of federal universities in minas gerais*

*Camila Henriques de Paula<sup>1\*</sup>, Débora Gonzaga Martin<sup>1</sup>*

*<sup>1</sup>Departamento de Administração e Contabilidade, Universidade Federal de Viçosa, Av. Peter Henry Rolfs, s/n, Campus Universitário, Viçosa-MG, Cep:36570-900, \*camila.paula@ufv.br*

### **Resumo**

O trabalho objetivou avaliar os indicadores de pós-graduação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) a partir da implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Para isso, foram realizadas análises comparativas e descritivas acerca da evolução desses indicadores de desempenho coletados nos relatórios de gestão das universidades localizadas no estado de Minas Gerais no período de 2007 a 2014. Os resultados confirmaram o aumento do envolvimento dos alunos com pesquisa na pós-graduação e a concentração de doutores no quadro docente da Universidade Federal de Lavras. O Reuni também contribuiu com a melhoria do conceito Capes/MEC para a pós-graduação na Universidade Federal de Minas Gerais.

**Palavras-chave:** Pós-graduação; Reuni; IFES; Indicadores de desempenho.

### **Abstract**

The objective of this study was to evaluate the postgraduate indicators of Federal Higher Education Institutions (IFES) from the implementation of the Support Program for Restructuring and Expansion Plans of Federal Universities (Reuni). For this, comparative and descriptive analyzes were performed about the evolution of these performance indicators collected in the management reports of universities located in the state of Minas Gerais from 2007 to 2014. The results confirmed the increased involvement of students with postgraduate research and the concentration of PhD professors at the Federal University of Lavras. Reuni also contributed to the improvement of the Capes / MEC concept for postgraduate studies at the Federal University of Minas Gerais.

**Keywords:** Post graduate; Reuni; IFES; Performance indicators.

## INTRODUÇÃO

A redução de investimentos nas universidades federais culminou no baixo número de ingressantes no ensino superior, corpo técnico e docente desfalcado e infraestruturas defasadas. Em 1976, existiam no Brasil 561 cursos de mestrado e 200 de doutorado, que saltou para 1.453 e 821, respectivamente, com 37 cursos de mestrados profissionalizantes no ano de 2000. Além disso, a evolução da pós-graduação brasileira no período 1995/2000 correspondeu a 25% nos mestrados e 33% no doutorado (AMANCIO *et al.*, 2015).

Antunes (2014) defende que o Estado deve ser um agente econômico atuante e planejador a fim de orientar as atividades econômicas e sociais. Assim, ele exerce o papel de regulador e normalizador com o intuito de corrigir as disparidades sociais e permitir a inclusão social mediante a formulação de políticas públicas.

No Brasil, a reforma universitária de 1968, planejada no segundo governo militar, transformou a universidade em uma organização voltada para a eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível com vistas ao desenvolvimento do país (ROMANELLI, 2000).

Com isso, as universidades puderam articular suas atividades de ensino e pesquisa ao introduzir o regime departamental, legitimar a carreira acadêmica e a progressão docente, bem como fomentar a política nacional de pós-graduação junto às agências de fomento.

Entre 2004 e 2007, ocorreu a primeira fase dos programas de expansão do ensino superior federal conhecido como Expansão Fase I. Nessa fase, buscou-se interiorizar o ensino superior público federal, ou seja, além das 45 universidades federais e 148 campus/unidades existentes, em 2002, criaram-se mais de 60 *campi* no interior e 10 universidades.

A Expansão Fase II, ocorrida no período de 2008 a 2012, oficializou a implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que visou ofertar a educação superior a pelo menos 30% dos jovens de 18 a 24 anos. Por fim, a Expansão Fase III buscou dar continuidade às propostas de expansão da educação superior mediante iniciativas de desenvolvimento regional (BRASIL, 2012).

A rede pública federal de ensino superior pública alcançou o total de 63 universidades com 321 *campi* espalhados pelo território nacional, em 2014. A interiorização da educação superior contemplou 272 municípios com a instalação de *campi* ou sedes universitárias com o objetivo de expandir, integrar, desenvolver e reduzir as assimetrias regionais.

O Reuni foi instituído pelo Decreto nº 6.096/2007 e buscou dar condições para a expansão das vagas no ensino superior e redução da evasão de alunos na graduação com o melhor aproveitamento da estrutura física e recursos humanos existentes (BRASIL, 2007).

Para isso, o governo federal repassou recursos financeiros para as universidades investirem na expansão da sua estrutura física, contratação de pessoal (docentes e técnico-administrativos) e reestruturação acadêmica e pedagógica (ARAÚJO, 2011).

Contudo, a implementação do Reuni findou-se em 2012 e não conseguiu alcançar todos os seus objetivos estipulados, como destacado por Léda e Mancebo (2009) que observaram um possível comprometimento da qualidade das atividades acadêmicas, a precarização do trabalho docente e ausência de autonomia universitária.

Araújo (2011) corrobora que o fato de duplicar a oferta de vagas e aumentar o número de concluintes a partir do incremento de 20% das verbas de custeio e pessoal (excluídos os inativos) pode refletir na subutilização dos recursos existentes nas universidades com a reestruturação proposta pelo programa.

Dada a sua importância, o programa tem sido objeto de estudo sob diversas óticas e abordagens na literatura. Maciel (2014) estudou a adaptação da política proposta pelo Reuni durante sua execução devido a inexistência de restrição orçamentária às universidades pendentes da concretização e alcance das metas. O autor também destacou o Reuni como o marco histórico da expansão das universidades ao propiciar a flexibilidade curricular, novos modelos de gestão democráticos e possível redução de assimetrias de acesso regionais.

O impacto do Reuni sobre a eficiência das universidades do Nordeste, entre 2007 e 2012, foi avaliado por Siqueira, Cavalcante e Filho (2015). Estes adotaram os indicadores do Tribunal de Contas da União (TCU) para a realização de sua pesquisa e concluíram que apesar da eficiência ter sinalizado um aumento, na prática não ocorreu. Assim, nos anos analisados, a eficiência técnica (produção de resultados com o mínimo de recursos possíveis e sem desperdícios) permaneceu inalterada.

A avaliação realizada por Bittencourt e Ferreira (2014) concluiu que o Reuni atingiu a sua meta de ampliar o número de vagas e de cursos ofertados. Entre 2007 e 2013, verificou-se que todas as universidades participantes do programa ampliaram suas vagas. Contudo, apenas 65,12% das universidades cumpriram parcialmente as metas relacionadas à infraestrutura no prazo acordado em razão dos impedimentos decorrentes de paralisações de obras (20,83%), dificuldades em contratação de projetos (18,75%) e problemas em licitações (18,75%).

cenário da educação superior na rede federal modificou com a ampliação da oferta que passou de 140 milhões de vagas em educação presencial, em 2007, para 243 milhões, em 2012.

Os estudos anteriores analisaram o Reuni de forma isolada e em alguma fase específica do seu ciclo de desenvolvimento de política pública. Inclusive, como o Reuni não focou diretamente suas ações para a pós-graduação, esta foi pouco explorada na literatura, ou seja, sinaliza um campo promissor para avanços e contribuições científicas.

Nesse contexto, surge o interesse de responder ao seguinte questionamento: **como a pós-graduação foi influenciada pelo Reuni nas universidades federais de Minas Gerais?**

O trabalho objetivou analisar os reflexos da implementação do Reuni sobre os indicadores de desempenho relacionados à pós-graduação nas universidades federais localizadas em Minas Gerais no período de 2007 a 2014. Inclusive, pressupõe-se o efeito positivo do Reuni sobre os programas de pós-graduação, apesar de seu foco ter sido a graduação.

Assim, o trabalho é importante por estimular a discussão e a reflexão sobre as políticas públicas educacionais e seus reflexos sobre a pós-graduação. Deste modo, pode-se contribuir com o avanço da literatura e permitir o *feedback* aos tomadores de decisões ao dimensionar os efeitos das intervenções no programa na pós-graduação.

A justificativa desse estudo está na importância de se analisar as consequências das intervenções governamentais na expansão das universidades e, conseqüentemente, na pós-graduação brasileira.

Em um cenário de recessão e crises financeiras, que impendem a economia brasileira de crescer, avaliar os resultados e consequências da implementação de uma política pública recente como o Reuni ajudam a repensar novas alternativas para garantir a sustentabilidade das universidades, bem como é um tema que se faz presente na conjuntura das políticas educacionais atuais.

Além disso, sob os constantes anúncios de cortes com objetivo de contenção de gastos por parte do governo federal, esse trabalho se faz relevante para tentar compreender parte desse processo.

## REFERENCIAL TEÓRICO

### Políticas Públicas

As políticas públicas (*policies*) equivale ao conjunto de decisões e ações de alocação imperativa de valores decorrentes da atividade política (*politics*). Portanto, elas visam a execução de procedimentos para a resolução pacífica de conflitos relacionados à alocação de bens e recursos públicos (RUA, 2009).

Teixeira (2002), defende que as políticas públicas traduzem a forma e a distribuição de poder, o conflito social da tomada de decisão, a divisão de custos e benefícios sociais nas fases de elaboração, implementação e resultados. Para o autor, as políticas públicas são formas de respostas às demandas sociais interpretadas pelos ocupantes do poder e influenciadas pela agenda de governo, que pode sofrer influência e pressão da sociedade civil.

A política compreende as decisões políticas, que são influenciadas pela estrutura de poder e marcadas por dificuldades de definição dos problemas e competências. Deste modo, torna-se necessário a interação entre os atores sociais para a tomada de decisão (RUA, 2009).

Nesse sentido, a adesão das universidades ao Reuni foi voluntária e vista, à época, como uma oportunidade de inovação da educação superior face às diretrizes voltadas para a adoção de novos mecanismos para seleção de estudantes, articulações curriculares e percursos formativos (BRASIL, 2012).

A tomada de decisão envolveu gestores e burocratas, que assumiram o papel relevante na execução do programa sob uma perspectiva *bottom-up* de implantação. Deste modo, o MEC constituiu um grupo assessor para analisar os Planos, verificar a conformidade com o Decreto nº 6.097/2007 e diretrizes elaboradas (BRASIL, 2007).

Afinal, as políticas públicas são “diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado” (TEIXEIRA, 2002, p.2). Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”.

Souza (2006, p. 36) traz que a “política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz.” Assim, a política envolve vários atores e níveis de decisão materializada por meio dos governos, não se restringindo a participantes formais.

Lowi (1964) defende que cada tipo de política pública vai encontrar diferentes formas de apoio e rejeição, cujas disputas em torno da decisão passam por arenas diferenciadas. Além disso, a política pública pode assumir quatro formatos para a resolução de conflitos políticos: distributivas, quando o governo decide independente dos recursos serem limitados e privilegia alguns grupos sociais ou regiões; redistributivas, representadas pelas políticas sociais universais, sistema tributário e previdenciário; regulatórias, que envolvem as ordens, proibições, decretos e portarias; e constitutivas ou estruturadoras, que determinam as regras, a estrutura dos processos e os conflitos políticos (LOWI, 1964; FREY, 2000).

Portanto, a política pública se resume na decisão e ações implementadas, pois a atividade política dos governos busca atender as demandas solicitadas pelos atores sociais ou formuladas pelos agentes do sistema político (RUA, 2009). A análise de políticas públicas visa gerar informações para compreender o processo de elaboração política (formulação, implementação e avaliação) e dar um *feedback* em relação ao executado.

### **Avaliação de políticas públicas**

A avaliação encerra o ciclo da política pública ao fornecer “subsídios para o início de um novo ciclo, voltado para a resolução do problema não equacionado ou indicando a resolução completa das questões que a política objetivava resolver” (RAEDER, 2014, p. 135).

Com isso, aprecia os programas concluídos em relação aos impactos efetivos, investiga os déficits de impacto e os efeitos colaterais indesejados a fim de extrai-los de ações e programas futuros. Assim, avalia de fato o funcionamento da política na prática pelos meios empregados e se atingiu seus objetivos.

Howlett, Ramesh e Perl (2013) defende que, após uma avaliação, o problema político pode ser pensado, voltar à montagem de agenda ou outro estágio, mas se objetivos do programa foram atingidos o ciclo político é suspenso ou finalizado.

Nesse sentido, Rua (2009) afirma que a avaliação contribui para o aperfeiçoamento da formulação de políticas ao apontar em que medida o governo se mostra responsivo perante as necessidades dos cidadãos, se os programas foram concebidos de modo coordenado ou articulado e identifica as possibilidades de aperfeiçoamento das parcerias para ganhar abrangência e se tornar estratégias nacionais de desenvolvimento.

Lubambo e Araújo (2003) distinguem a avaliação de políticas públicas em quatro tipos: avaliação *ex-ante*, avaliação formativa ou de processo, monitoramento e avaliação *ex-post* ou somativa,

A avaliação *ex-ante* deve ser realizada antes do início do projeto para medir a viabilidade do programa a ser implementado quanto à relação custo-benefício. Já a avaliação formativa ou de processo visa o funcionamento e gestão do programa, centralizada nos processos e não nos resultados.

O monitoramento é um processo sistemático e periódico de análise da gestão, funcionamento e desempenho de programas e projetos. Com isso, busca identificar os desvios na execução das ações, entre o programado e o executado, diagnosticar as causas e propor ajustes para adequar o plano à implementação, conforme Lubambo e Araújo (2003).

Por fim, a avaliação *ex-post* ou somativa analisa a efetividade do programa quanto ao alcance dos resultados esperados pelos formuladores. Entretanto, pode-se incorrer em resultados esperados ou não devido aos efeitos gerados e não antecipados durante a implementação. Lubambo e Araújo (2003) sugerem a realização dessa avaliação ao final da fase de implementação ou após a conclusão do programa por consistir no exame e análise de objetivos, impactos e resultados.

A avaliação de políticas públicas, independente da fase de ocorrência, é uma prática que agrega transparência à administração pública e busca tornar eficiente o gasto do governo, principalmente em casos de restrição orçamentária, quando é essencial avaliar para saber a melhor forma de aplicar os recursos públicos escassos.

Destarte, a avaliação do programa (política) visa apreender em que medida as metas estão sendo alcançadas, o custo, quais os processos ou efeitos colaterais ativados (previstos ou não previstos, desejáveis ou não desejáveis), bem como indicar os novos cursos de ação mais eficazes (LIMA JR. *et al.*, 1978).

Nesse âmbito, a avaliação do Reuni permitiu constatar o crescimento de 66% na oferta de vagas nos cursos de graduação presencial e de 95% no orçamento das universidades entre 2008 e 2012. Para tal, o governo federal investiu cerca de R\$ 3,5 bilhões e contratou quase 60 mil professores e técnicos administrativos (BRASIL, 2012).

No entanto, não houve uma estratégia clara definida para a elaboração das propostas, cada universidade fez conforme o que julgou ser mais adequado. Em relação à infraestrutura física, não existiam projetos prontos para replicação, agravados pela desmotivação e desfalque

das equipes de engenharia em razão de um longo período de baixa aplicação de recursos, como destacado por Bittencourt e Ferreira (2014).

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

### Caracterização da pesquisa e unidade de análise

A metodologia se caracterizou como quali-quantitativa com o levantamento e uso de dados quantitativos para a realização de uma análise qualitativa a fim de classificar a relação das variáveis e causalidades entre os fenômenos.

Vergara (2005) classifica a pesquisa em relação aos fins e aos meios. No presente estudo, tratou-se de uma pesquisa descritiva, que descreveu as variáveis influenciadoras dos indicadores em relação aos efeitos de determinada política para entender como se inter-relacionam. Afinal, a pesquisa descritiva pode estabelecer relação entre variáveis e evidenciar características de determinado fenômeno

Quanto aos meios de investigação, a pesquisa foi bibliográfica e documental baseada em livros, revistas, teses, dissertações, artigos científicos, periódicos publicados, decretos, leis, portarias e outros documentos oficiais de acesso público. De acordo com Vergara (2005, p. 48), a pesquisa documental “é realizada em documentos conservados em órgãos públicos e privados de qualquer natureza ou com pessoas”.

O estudo foi multicaso devido ao maior foco na compreensão dos fatos do que sua mensuração, investigando um problema atual dentro da realidade de ocorrência, além dos resultados não se limitar às informações de uma só organização (YIN, 2001).

Nesse sentido, as unidades de análise foram as 11 universidades federais localizadas no estado de Minas Gerais apresentadas na Tabela 1.

**Tabela 1.** Unidades de análise

Siglas	Universidades federais localizadas em Minas Gerais
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFSJ	Universidade Federal de São João Del Rei
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UNIFAL	Universidade Federal de Alfenas
UNIFEI	Universidade Federal de Itajubá
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Fonte: Elaborado pela autora.

Assim, analisou-se os indicadores de desempenho referentes ao Grau de envolvimento com a pós-graduação (GEPG), conceito CAPES/MEC e indicador de qualificação do corpo docente (IQCD) de cada universidade apresentada na Tabela 1.

O horizonte temporal considerado foi de 2007 a 2014 por incluir todo o ciclo de desenvolvimento do Reuni. Os dados secundários foram coletados nos relatórios de gestão das universidades e organizados em tabelas no Excel. A análise da estatística descritiva empregada nos indicadores visa gerar os *insights* para os devidos aprofundamentos e permitir um panorama da situação da pós-graduação em Minas Gerais.

Ressalta-se que a ausência de informações completas nos relatórios de gestão do ano de 2015 resultou na sua desconsideração para não enviesar o desenvolvimento da pesquisa.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O grau de envolvimento com a pós-graduação (GEPG) avalia o comprometimento da universidade de manter seus programas e cursos de pós-graduação *stricto sensu* em relação a toda atividade de ensino. Com isso, relaciona-se os alunos de pós-graduação com o total de alunos da instituição a fim de avaliar o direcionamento das atividades departamentais, graduação ou pós-graduação, e o envolvimento com a pesquisa.

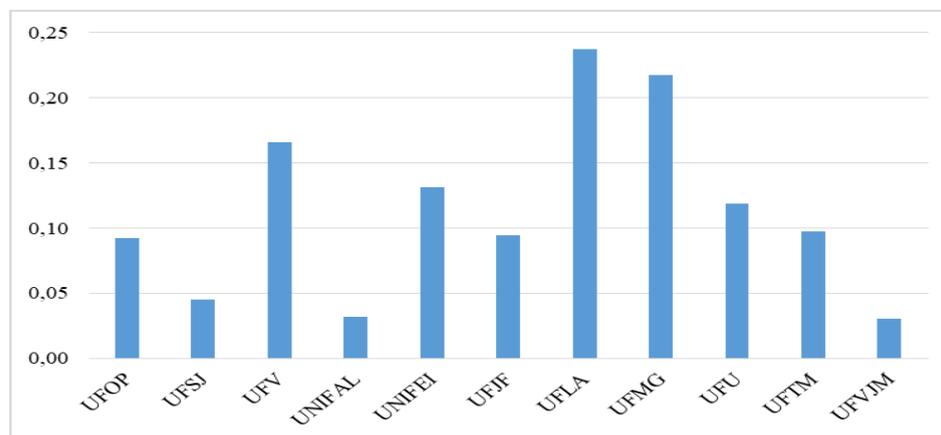
O GEPG da UFLA se destacou como o maior indicador dentre as outras universidades mineiras em 2007 e de 2009 a 2014. Tendo a UFTM superado a UFLA apenas no ano de 2008. Ferreira, Santos e Pessanha (2013, p. 115) defendem que “quanto maior for este índice, maior o envolvimento da universidade com a pesquisa, que é um fator relevante para avaliação nos rankings universitários, tanto os internacionais como o nacional”.

Entre 2007 e 2014, a UNIFAL e a UFVJM apresentaram os menores valores médios da amostra, talvez pelo direcionamento de suas atividades departamentais para a graduação. No entanto, o valor do GEPG baixo não desqualifica a pós-graduação, que é um fator de motivação para a graduação e pode interferir nos resultados de desempenho.

Por outro lado, um bom indicador reflete positivamente no desempenho do aluno pelo fato de uma forte pós-graduação contribuir para a construção e aquisição de equipamentos destinados ao uso em laboratórios e bibliotecas, fortalecer os grupos e projetos de pesquisas.

A comparação do GEPG durante o período analisado permite observar uma grande variabilidade do indicador, principalmente, após 2010, quando os efeitos do Reuni começaram

a, de fato, aparecer. O GEPG mensura a preparação dos alunos para atuarem na sociedade em contraposição aos gastos das universidades de manutenção e financiamento da oferta da pós-graduação. Na Figura 1 apresentou-se a média do GEPG das universidades mineiras.



**Figura 1** – Grau de envolvimento com a pós-graduação

Fonte: Dados da pesquisa.

A taxa de crescimento média de 11,9% apresentado pelo GEPG relacionou-se ao aumento das matrículas na pós-graduação, cujas vagas foram ampliadas a fim de apoiar, desenvolver e aperfeiçoar o ensino junto aos cursos de graduação.

Nesse sentido, o impulso à pós-graduação iniciou-se com a concessão da Bolsa Reuni de Assistência ao Ensino para os alunos de mestrado e doutorado. Em 2008, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) concedeu 941 bolsas, sendo 645 para o mestrado e 296 para o doutorado com base nos recursos da Secretaria de Educação Superior (SESu) do MEC (BRASIL, 2012).

Deste modo, o Reuni favoreceu o avanço da pós-graduação ao disponibilizar bolsas de assistência ao ensino com vistas ao fortalecimento dos cursos de graduação. As ações governamentais de incentivo à qualificação e à progressão na carreira do funcionalismo público, abertura de concursos públicos para a reposição do corpo docente, aliada às exigências do mercado de trabalho por mão de obra qualificada promoveram o efetivo crescimento do GEPG. Destarte, a qualificação dos professores também contribuiu para pleitear recursos junto às agências de fomento e no desenvolvimento de pesquisas.

A taxa média de crescimento anual do GEPG após o Reuni aumentou na UFMG, onde percebeu-se o maior envolvimento discente em atividades de pesquisa e pós-graduação. O Reuni não previu ações diretas para a pós-graduação, pois as diretrizes e metas focaram a expansão da educação superior em nível de graduação.

Entretanto, os investimentos realizados nos departamentos, salas de aulas, prédios administrativos para a graduação também contribuíram positivamente para o aumento da qualidade do ensino e pesquisa da pós-graduação.

As universidades aproveitaram o momento propício de crescimento para alavancar seus programas e expandir a educação superior e, em alguns casos, novos programas de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado foram autorizados e abertos. Além do número de alunos de pós-graduação ter aumentado com a expansão de vagas e bolsas autorizada pelos órgãos reguladores.

Em se tratando do conceito Capes/MEC para a pós-graduação, observaram-se os reflexos positivos do fortalecimento da pós-graduação, cujos cursos obtiveram maiores notas após o Reuni. Esse indicador quantifica o conceito médio de todos os cursos de pós-graduação da instituição.

A evolução do conceito Capes/MEC sinaliza a melhoria nos níveis de qualidade dos cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) em razão das condições físicas dos laboratórios, capacitação de pessoal, ampliação do acesso a livros e periódico ofertadas, que resultam no aumento de pesquisas e publicações. O TCU não considera os cursos de mestrado profissionalizante para o cálculo do conceito Capes/MEC.

Entre 2007 e 2014, o valor máximo foi na UFMG, que variou de 4,89 a 5,24. Já na UFVJM, UNIFAL e UFSJ ocorreram os valores mínimos de 3,0, que refere-se à pontuação de credenciamento do programa de pós-graduação. O conceito Capes/MEC aliado ao baixo GEPG pode evidenciar o direcionamento das atividades departamentais para a graduação.

A Tabela 2 apresenta o conceito CAPES/MEC para as IFES mineiras no período de 2007 a 2014. Freire; Crisóstomo e Castro (2007) destacam que os departamentos capazes de manter uma pós-graduação de bom nível também ofertam bons cursos de graduação.

**Tabela 2** – Conceito Capes/MEC para a pós-graduação

IFES	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
UFOP	3,75	3,76	3,76	3,76	3,71	3,75	4,07	4,14
UFSJ	3,50	3,17	3,13	3,25	3,27	3,20	3,24	3,48
UFV	4,73	4,70	4,63	4,78	4,71	4,69	4,95	4,93
UNIFAL	3,00	3,00	3,50	3,60	3,50	3,38	3,40	3,44
UNIFEI	3,50	3,60	3,60	3,80	3,63	3,67	3,70	3,73
UFJF	3,45	3,50	3,59	3,74	3,73	3,78	3,75	3,98
UFLA	4,24	4,26	4,22	4,64	4,64	4,59	4,73	4,78
UFMG	4,89	4,92	4,86	5,03	5,09	5,07	5,19	5,24
UFU	3,32	3,89	3,95	4,12	4,09	4,09	4,40	4,38
UFTM	4,00	3,50	3,50	3,75	3,60	3,60	3,67	3,71
UFVJM	3,00	3,00	3,25	3,17	3,17	3,11	3,33	3,43
<b>Média</b>	<b>3,84</b>	<b>3,83</b>	<b>3,87</b>	<b>4,05</b>	<b>4,00</b>	<b>3,98</b>	<b>4,11</b>	<b>4,18</b>

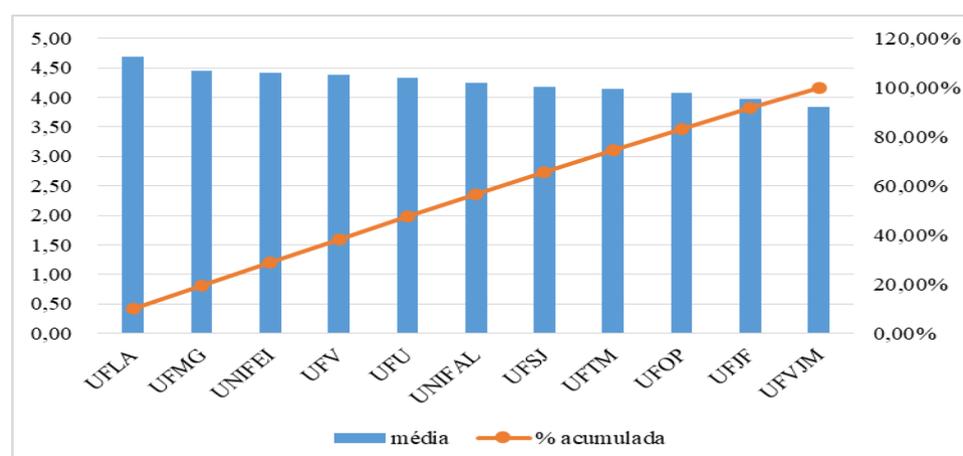
Fonte: Dados da pesquisa.

Ao comparar os valores médios por ano, o conceito Capes/MEC da UFLA, UFMG, UFU e UFV se mantiveram superiores em todo o período analisado. Acredita-se que tais universidades tenham aproveitado e investido na

O índice de qualificação do corpo docente (IQCD) mensura a qualificação dos professores, ou seja, o nível de sua titulação. O IQCD varia de 1 a 5 e relaciona a qualidade do ensino de graduação e pós-graduação ao volume de pesquisa desenvolvida.

A evolução do índice mostra o esforço das IFES em capacitar e contratar docentes altamente qualificados (BOYNARD, 2013). Assim, quanto maior esse índice, mais doutores existem no quadro de professores da instituição, que reflete na produção científica e qualidade acadêmica da instituição.

Na Figura 2 pode-se observar a pouca variabilidade das médias do IQCD entre as universidades analisadas.

**Figura 2** - Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)

Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados mostram que a média de 4,46 no período analisado superou o valor referência de 3,4510 da meta mínima para 2020 no Plano Nacional de Educação. No entanto, em 2008 e 2009, a UFJF permaneceu abaixo da meta com 3,33 e 3,34, respectivamente. A universidade com maior número de professores doutores caracterizados como de maior titulação no estado de Minas Gerais ocorreu na UFLA, cujo IQCD variou de 4,66 a 4,82.

A ampliação do número de professores e técnicos trouxe resultados qualitativos para a graduação como a melhoria da qualificação dos professores para o ensino, pesquisa e extensão com a possibilidade de maior participação de alunos em projetos. O aumento dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* motivado, sobretudo, pela larga contratação de docentes com títulos de doutores e mestres foi acompanhado pela readequação da infraestrutura física e disponibilização de técnico-administrativos.

Os cursos de pós-graduação apresentaram um crescimento de 35%. Em 2006, as universidades federais ofereciam 1.099 cursos de mestrado e 639 cursos de doutorado. Em 2010, chegaram a 1.485 e 862 cursos, respectivamente (BRASIL, 2012). Para Boynard (2013), a tendência é maximizar esse indicador nas IFES, pois o ingresso na carreira docente por concurso público, normalmente, exige o doutorado.

Os resultados da pesquisa contribuem para compreender a importância da expansão da pós graduação no estado de Minas Gerais, bem como auxiliar na elaboração de programas governamentais direcionados ao cumprimento do PNE 2014-2024. Além de permitir a avaliação da qualidade do ensino ofertado e a *accountability* dos recursos disponibilizados.

Mancebo (2007) defende que o aumento de recursos orçamentários pressupõe gastos com a entrada de novos alunos, prevendo a recuperação da remuneração da força de trabalho docente, deteriorada, e a assistência estudantil em moldes consistentes com políticas agressivas de inclusão social.

Todavia, um aspecto preocupante é a garantia de recursos para custeio dos cursos criados após o término do Programa (2012) em razão da indefinição de acréscimos ao orçamento das universidades. A abertura de cursos, investimento em infraestrutura e aquisição de equipamentos, contratação de docentes e técnico administrativos requer o incremento nos recursos de custeio. A ampliação da capacidade instalada das universidades sem o correspondente financiamento implica em sério comprometimento da manutenção das atividades institucionais com vistas à garantia de excelência acadêmica (ARAÚJO, 2011).

Por fim, destaca-se que o Reuni influenciou os indicadores relacionados à pós-graduação das universidades federais mineiras de modo positivo sob alguns aspectos. Afinal, o alcance parcial da meta global do programa demandou a reestruturação das instalações universitárias com o intuito de ampliar o acesso nos cursos ofertados, mas os gastos para manter a nova e reformada estrutura também aumentaram, podendo refletir na sustentabilidade financeira das atividades acadêmicas no longo prazo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho buscou analisar os reflexos da implementação do Reuni sobre os indicadores de desempenho relacionados à pós-graduação nas universidades federais localizadas em Minas Gerais. Destarte, a hipótese de efeito positivo do Reuni sobre os programas de pós-graduação no estado de Minas Gerais foi confirmada nos indicadores analisados.

O envolvimento das universidades com a pesquisa medido pelo grau de envolvimento com a pós-graduação sinaliza o emprego dos recursos aportados pelo Reuni na readequação das estruturas acadêmicas. A UFLA é vista como referência no Estado em relação aos indicadores de GEPG e IQCD, favorecida pelo número de doutores em seu quadro de pessoal que refletiu positivamente na produção científica de pesquisas.

Já o maior conceito CAPES/MEC para a pós-graduação concentrou-se na UFMG durante e após o Reuni. O resultado demonstra que o conceito não está diretamente vinculado ao quantitativo de professores doutores, pois existem outros fatores influenciadores da avaliação e nota dos cursos.

Os recursos financeiros repassados pelo Reuni concederam as mesmas oportunidades às universidades, mas sua aplicação dependeu dos planos de expansão elaborados por cada instituição com base em sua estrutura operacional existente.

Por fim, sugere-se em trabalhos futuros a realização da análise da situação da pós-graduação a nível nacional de modo a comparar os resultados por região ou estado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMANCIO, G. R.; HOLZ-VIEIRA, R.; CIRINO, J.; CASSUCE, F. C. C. O retorno da pós-graduação no rendimento dos profissionais das ciências e das artes no Brasil. In: **XXI Congresso Brasileiro de Economia**, 2015, Curitiba. Anais do XXI CBE, 2015.

ANTUNES, F. S. A importância do papel do estado na atividade econômica. **A Economia em Revista**, v. 22, n. 1, 2014.

ARAÚJO, R. S. **Implantação do Reuni na Universidade Federal do Pará**: um estudo de caso do Campus Universitário de Altamira. 2011. 278 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

BITTENCOURT, M. F. N.; FERREIRA, P. A. As obras na implementação de políticas públicas: o caso do REUNI. In: **38º Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**. Rio de Janeiro, v. 38, 2014.

BOYNARD, K. M. S. **Indicadores de gestão em conflito com indicadores de qualidade?:** lições econômicas para a gestão universitária. 2013. 87f. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012**. Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012. Brasília, DF: MEC, 2012.

BRASIL. Tribunal de Contas da União - TCU. **Decisão 408 - Plenário**. Relatório Consolidado de Auditoria Operacional. Brasília, DF, 24 de abril de 2002.

DYE, T. D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall. 1984

FERREIRA, M., SANTOS, W., PESSANHA, J. Avaliação do Ensino Superior: análise dos indicadores instituídos pelo TCU para as IFES. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, América do Norte, 18, abr. 2013.

FREIRE, F. S.; CRISÓSTOMO, V. L.; CASTRO, J. E. G. Análise do desempenho acadêmico e indicadores de gestão das IFES. **Revista Produção Online**, Florianópolis, v. 7, n. 4, p. 5-25, jul. 2007.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 21, p. 211-259, 2000.

HOWLETT, M.; RAMESH, M; PERL, A. **Política Pública**: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LÉDA, D. B.; MANCEBO, D. REUNI: heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente. **Educação & Realidade**. n. 34, v. 1, p. 49-64, 2009.

LIMA JR., O. B.; SILVA, A. A.; LEITE, M. C. **Intervenção planejada na realidade social**: escopo e limites da pesquisa de avaliação. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1978.

LOWI, T. American Business, Public Policy, Case Studies and Political Theory. **World Politics**, v. 16, p. 677-715, 1964.

LUBAMBO, C. W.; ARAÚJO, M. L. C. **Avaliação de programas sociais**: virtualidades técnicas e virtualidades democráticas. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2003. Trabalho para discussão, n. 158.

MACIEL, D. A. S. **Políticas públicas e democratização educacional**: Acesso e Permanência no Ensino Superior através do programa REUNI. 2014. 119 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

MANCEBO, D. Trabalho Docente: subjetividade, implicação e prazer. **Psicologia, Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 74-80, 2007.

RAEDER, S. **Perspectivas em Políticas Públicas**. Belo Horizonte, vol. VII, nº 13. p. 121-146. jan/jun 2014.

ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil**. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

RUA, M. G.. **Políticas públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2009. 130p.

SIQUEIRA, J. S.; CAVALCANTE, P. R. N.; FILHO, P. A. M. L. Eficiência das universidades públicas federais nordestinas: qual o impacto do Reuni? In: **IX Congresso Anpcont**. Curitiba, Junho, 2015.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006.

TEIXEIRA, E. C. **O papel das políticas públicas**. 2002. AATR-BA. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a\\_pdf/03\\_aatr\\_pp\\_papel.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf). Acesso em: 17 jan. 2019.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de pesquisa em Administração**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

YIN, R. K. **Estudo de caso: Planejamento e Métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.